

**ALISSON DE CASTRO
CAROLINA RODRIGUES PEREIRA**

O triste fim do acesso à informação

São Paulo
2014

**ALISSON DE CASTRO
CAROLINA RODRIGUES PEREIRA**

O triste fim do acesso à informação

Trabalho temático apresentado para as disciplinas do 2º semestre do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

São Paulo

2014

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	ACESSO À INFORMAÇÃO	5
2.1	Conceito	5
2.2	Análise do livro	5
3	CONCLUSÃO	8
	REFERÊNCIAS	10

1 INTRODUÇÃO

O livro *O triste fim de Policarpo Quaresma* é um romance pré-modernista do escritor Lima Barreto, inicialmente publicado em folhetim semanal no ano de 1911 e posteriormente publicado em livro em 1915.

O personagem principal do livro, Policarpo Quaresma, é um brasileiro atípico, cheio de manias e com uma relação direta com livros, retratada diversas vezes no decorrer do romance. A história se passa durante o governo de Floriano Peixoto (1891 – 1894), período importante do país, onde o nacionalismo e diversas políticas de incentivo aos estudos começam a surgir.

Mas quem era Policarpo Quaresma? Como conseguia ter acesso aos livros naquela época? Era formado no ensino superior? Ao contrário disso, Policarpo era mulato, funcionário público, sem família importante ou grandes posses, traços esses que compartilhava com o seu criador, Lima Barreto (1881 – 1922) mulato e de origem humilde, que somente com a ajuda de seu padrinho, Visconde de Ouro Preto, consegue completar o curso secundário e se matricular na Escola Politécnica, que acabou abandonando em 1903.

Como uma resposta a época em que vivia (Primeira República 1889 – 1930), Lima Barreto e seu contemporâneo Monteiro Lobato (1882 – 1948) escreveram textos que têm como ideia central criticar fortemente a sociedade brasileira da época e a sua cultura de exaltação ao bacharelismo. E é esse o foco que desenvolvemos em nossa breve pesquisa.

2 ACESSO À INFORMAÇÃO

2.1 Conceito

Segundo Buckland (1991), a palavra informação possui três principais significados: como processo, como conhecimento e como “coisa”. No sentido de processo, a informação muda o conhecimento de alguém e é situacional. Como conhecimento é usado para reduzir as incertezas do receptor e como coisa se refere ao suporte da informação (livros e documentos).

A partir da definição de Buckland podemos identificar e analisar em diversas passagens da obra de Barreto como era difícil o acesso e vistas com indiferença as pessoas que buscavam conhecimento e informações que não possuíam título de bacharelado ao longo da República Velha.

2.2 Análise do livro

Durante a primeira parte do livro observamos diversas demonstrações de como era forte o conceito de que somente os doutores teriam direito ao acesso à informação e que somente estes poderiam possuir livros e até mesmo ter a sua própria biblioteca particular.

“Se não tinha amigos na redondeza, não tinha inimigos, e a única desafeição que merecera, fora a do doutor Segadas, um clínico afamado no lugar, que não podia admitir que Quaresma tivesse livros: “Se não era formado, para quê? Pedantismo!”. (p. 1)

Isto é, o interesse do personagem Policarpo pela leitura fazia dele uma pessoa pedante ao ver do médico seu vizinho. Esse é um dos seus desafetos adquiridos pelo seu hábito de ler.

Em diversas citações vemos a relação de proximidade entre Quaresma e os impressos.

“Sentado na cadeira de balanço, bem ao centro de sua biblioteca, o major abriu um livro e pôs-se a lê-lo à espera do conviva. Era o velho Rocha Pita, o entusiástico e gongórico Rocha Pita da *História da América Portuguesa*.” (p. 7)

No trecho acima vemos que a personagem se refere ao autor Sebastião da Rocha Pita como se fossem amigos próximos, possivelmente devido a sua familiaridade com sua obra.

Na ocasião da sua internação em um hospício é retratada uma conversa na qual cogitam o motivo de sua loucura ser o fato de ler e possuir sua própria biblioteca.

[...] Nem se podia esperar outra coisa, disse o doutor Florêncio. Aqueles livros, aquela mania de leitura...

- Pra que ele lia tanto? indagou Caldas.
- Telha de menos, disse Florêncio.

Genelício atalhou com autoridade:

- Ele não era formado, para que meter-se em livros?
- É verdade, fez Florêncio.
- Isto de livros é bom para os sábios, para os doutores, observou Sigismundo.
- Devia até ser proibido, disse Genelício, a quem não possuísse um título “acadêmico” ter livros. Evitavam-se assim essas desgraças. Não acham?
- Decerto, disse Albernaz.
- Decerto, fez Caldas.
- Decerto, disse também Sigismundo.

Calaram-se um instante, e as atenções convergiram para o jogo. (p. 39-40)

Sabemos que essa percepção de informação ser algo que deve ser restrito somente aos doutores é uma herança da época imperial brasileira e consolidada pela Academia Brasileira de Letras em 1896.

A Academia funcionava, nesse sentido, como uma entidade rigorosamente seletiva, espécie de órgão controlador de uma suposta qualidade estética a ser preservada como índice da intelectualidade brasileira e da condição do país como nação civilizada. (SILVA, M p. 74)

A passagem mais crítica ao academicismo é encenada pelo doutor Armando Borges, marido de Olga, afilhada de Policarpo.

De fato ele estava escrevendo ou mais particularmente: traduzia para o “clássico” um grande artigo sobre “Ferimentos por arma de fogo”. O seu último *truc* intelectual era este do clássico. Buscava nisto uma distinção, uma separação intelectual desses meninos por aí que escrevem contos e romances nos jornais. Ele, um sábio, e sobretudo, um doutor, não podia escrever da mesma forma que eles. A sua sabedoria superior e o seu título “acadêmico” não podiam usar da mesma língua, dos mesmos modismos, da mesma sintaxe que esses poetastros e litarecos. (p. 142-143)

Nesse trecho vemos que ele considera que o fato de traduzir o texto para o “clássico” como algo digno de seu título acadêmico, o seu diferencial dos poetastros e litarecos. Característica essa comum no mundo acadêmico, o uso de linguagem mais rebuscada com o objetivo de enobrecer algum texto.

3 CONCLUSÃO

Foi surpreendente, na leitura e interpretação do livro, constatar um fenômeno que ocorre em nossos dias, que é a restrição intencional da informação às pessoas menos favorecidas, também combatida há mais de 100 anos.

Na época, princípio da nova república, temos o início de movimentos que tinham como objetivo a popularização da cultura e artes, tanto que mais à frente ocorre a semana de arte moderna (fevereiro de 1922). Portanto verificamos que muitos autores e artistas passam a retratar em suas obras essa vontade de abertura e disseminação da informação e artes.

Nesta obra, Lima Barreto, deixa claro sua crítica ao modelo estabelecido no século anterior e usa seus recursos financeiros, por meio de suas obras, para reforçar seus pensamentos como uma forma de crítica e exposição desse pensamento vigente que fora estabelecido pelos acadêmicos cuja “morada” era a academia brasileira de Letras.

É de se notar a forma de publicação do livro, que foi inicialmente em forma de folhetim, dando assim oportunidade para suas ideias serem conhecidas e difundidas posteriormente em forma de livro. Muitos outros autores também aproveitaram o momento de liberdade para externar suas ideias, como foi o caso de Monteiro Lobato.

Na época, era consenso, junto aos acadêmicos, que o academicismo era ferramenta fundamental para manter o “status quo” e que para ter acesso ao mundo das informações o leitor deveria ser iniciado às artes da escrita, o que normalmente era conseguido somente por aqueles que vieram de famílias abastadas e que desejavam manter esta posição, soberana, de deter o conhecimento.

Devemos recordar que o conhecimento na época era restrito aos doutores, pois em sua grande maioria os que detinham acesso aos livros e informações eram os alunos e professores das escolas de direito e ou medicina, lembrando que o surgimento das bibliotecas brasileiras foi iniciado com a vinda de Dom João e a família real com a invasão de Portugal.

Interessante notar que em nossos dias também verificamos, nos textos jurídicos, por exemplo, o mesmo academicismo que objetiva tornar os textos menos legíveis e incompreensíveis pelos leitores “leigos”, reafirmando e consagrando esta forma de escrita e leitura.

Atualmente temos alguns movimentos, inclusive também do sistema legislativo brasileiro, que reconhece este fato e tem tomado providencias no sentido de simplificar a linguagem jurídica, como podemos ver em projetos de lei, e ainda, conhecido por todos, temos a área médica que também possui o hábito de ter uma linguagem rebuscada.

Podemos considerar essa linguagem acadêmica, de difícil compreensão, uma barreira para o acesso à informação. Restringindo para somente doutores e bacharéis algo que deveria estar disponível a todos, independentemente de seu status social. Não afirmamos isso para desvalorizar o conhecimento científico que tem toda a sua validade reconhecida, mas após toda a dialética, pesquisa, desenvolvimento, os resultados podem ser apresentados à comunidade de uma forma mais coloquial e menos formal.

Podemos dizer que a iniciativa e a vontade de fazer com que a informação fosse amplamente difundida também teve um triste fim, verificamos que mesmo passado mais de 100 anos desta iniciativa as informações continuam de difícil acesso, sendo até mesmo necessária a elaboração de leis de acesso à informação, como se tal coisa precisasse fazer parte do nosso ordenamento jurídico, e o academicismo ainda permanece em nossas instituições educacionais, portanto chegamos a concluir que não houve uma real evolução neste sentido.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Objetivo, 1994.
- BOSSI, Alfredo. O romance social: Lima Barreto. In:_____. **História concisa da literatura brasileira**. 3. ed. São Paulo, 1995. p. 357-367.
- BUCKLAND, Michael. **Information as thing**. California: University of California, 1991. Disponível em: < <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 30 set. 2014.
- GUIMARÃES, Luciana Helena Palermo de Almeida. A simplificação da linguagem jurídica como instrumento fundamental de acesso à justiça. **Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 173-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/4270/3195>>. Acesso em: 30 set. 2014.
- SILVA, Andréia Golçalves; SILVA, Leonardo Golçalves. O acesso à informação jurídica através de histórias em quadrinhos e cartilhas. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 166 – 183, jan./jun. 2012. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/9019/11379>>. Acesso em: 30 set. 2014.
- SILVA, Maurício. A Academia Brasileira de Letras e a institucionalização do academicismo no Brasil do final do século XIX. **O eixo e a roda**, Belo Horizonte, v. 14, p. 69 – 84, 2007. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Eixo%20e%20a%20Roda%2020/04-Mauricio-Silva.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2014.
- SILVA, Maurício. Tradição acadêmica no Brasil e formação do homo academicus: o caso da Academia Brasileira de Letras. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. XXXIV, n. 2, p. 188-203, dez. 2008. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/4511/3424>>. Acesso em: 20 set. 2014.
- TANGINO, Maria das Graças. Comunicação Científica e o Estado ou Estado e Comunicação Científica. IN: GIANNASI-KAIMEN, Maria Julia; CARELLI, Ana Esmeralda (Orgs). **Recursos informacionais para compartilhamento da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, p. 41, 2007.